

Encontro de Militares

Pela soberania nacional, pela condição militar



No passado dia 17 de Outubro, a Associação de Praças, a Associação Nacional de Sargentos e a Associação de Oficiais das Forças Armadas, realizaram um encontro de militares para debater a atual situação da família militar e da população em geral. Compareceram cerca de seiscentos camaradas numa sessão onde se ouviram várias vozes contra o que consideram um ataque à soberania nacional, à violenta ofensiva contra a Constituição da República Portuguesa e suas Leis, bem como se ouviram vozes críticas sobre o estado em que o Povo Português e os Militares, em particular, se encontram perante mais esta ofensiva brutal aos seus vencimentos por via da carga fiscal.

Uma das frases mais repetidas pelos intervenientes foi que os Militares exigem justiça e respeito e que chega de os sucessivos governos afrontarem a condição militar.

E foi também repetido o que define a condição militar que se caracteriza por especiais deveres e bastas restrições no que diz respeito a direitos, liberdades e garantias que estão consagrados aos restan-

tes cidadãos, como a disponibilidade permanente para a defesa da Pátria se necessário com o sacrifício da própria vida, conforme jurámos, ou seja, e como foi referido, está aqui em causa a dádiva do direito supremo à vida em prol do bem comum, coisa que os restantes cidadãos estão dispensados. Portanto, não se pode comparar o que não é comparável.

Outra questão que é de todo premente e que define também de forma clara a “nossa condição” é a permanente disponibilidade para o serviço mesmo com o sacrifício dos nossos interesses pessoais.

Numa das intervenções levadas a cabo no encontro foi referida a questão dos direitos e dos deveres que estão consagrados aos Militares. E tendo como base os escassos direitos que são consagrados aos Militares, foi transmitido que o EMFAR será defendido até nos faltar as forças. Foi também afirmado que os Militares das Forças Armadas não se revêm neste presente e não aceitam que lhes imponham um futuro como aquele que se está a proclamar com estas medidas de austeridade.

Foram estes, entre outros, os temas que suscitaram da parte dos Camaradas presentes no encontro, alguns aplausos e concordância.

Neste encontro foi aprovada por unanimidade e aclamação uma resolução onde diz que as Associações Socioprofissionais de Militares rejeitam qualquer responsabilidade na atual situação do País e onde demonstramos a nossa preocupação por se estar a esbater a soberania Nacional da qual somos o garante máximo.

Além disto, o encontro considerou de uma violenta gravidade o facto de a Constituição da República Portuguesa estar a ser vítima de um desrespeito fora do comum.

Foi também enunciado na resolução aprovada, que as APM's ainda não obtiveram qualquer resposta para questões que de há muito tempo para cá têm vindo a colocar a quem de direito. Primeiramente, como é que o País chegou a esta situação e qual o horizonte temporal da medidas de austeridade cada vez mais gravosas e que estão a ser aplicadas aos mesmos de sempre. E termina-se afirmando convictamente que da parte aos Militares em particular e ao Povo em geral, essa culpa não pode nem deve ser assacada, porque no que diz respeito aos Militares encontramos-nos entre os mais penalizados pelas medidas duríssimas impostas, mas das quais alguns, de forma estranha e iníqua se encontram dispensados. E, acrescenta a resolução por todos aprovada, estes são aqueles que mais contribuíram para o estado atual da Nação!

Nas intervenções efetuadas e na resolução aprovada, não foi esquecido o facto de estarmos perante a crescente menorização da soberania nacional e da inaceitável descaracterização das Forças Armadas

ao arrepio da Constituição que define claramente a sua missão.

Também não foi deixado passar em claro a degradação do estatuto profissional e social dos militares, por muito que se diga que essa degradação é em nome de uma alegada racionalização da Defesa Nacional.

Na resolução, os Militares consideraram que está em curso um violento ataque às condições de vida dos Portugueses, dos Militares e das suas famílias. Fez-se um reparo que em virtude da redução das remunerações e pensões, aliada aos cortes dos subsídios de férias e de Natal, á dificuldade no desenvolvimento das carreiras e ao «brutal» aumento de impostos, já atiraram muitos Camaradas nossos para além do limite da possibilidade de cumprir com os compromissos financeiros assumidos e que, continuando nesta saga de aumento de impostos e diminuição dos vencimentos, mais Camaradas cairão nessa situação.

Foi também afirmado na resolução aprovada por todos os presentes que os Militares não deixarão de manifestar toda a sua solidariedade aos seus concidadãos que, como eles, estão a ser esmagados pelas duríssimas dificuldades do dia-a-dia.

Foi aprovado no encontro que, no próximo dia 10 de novembro pelas 15 horas a família Militar se concentre na Praça do Município para depois desfilar até aos Restauradores em frente do símbolo da independência nacional restabelecida em 1640.

Daqui apelamos a todos os Camaradas que, conjuntamente com a sua família e amigos façamos deste dia uma enorme jornada de luta em defesa da soberania nacional, da Constituição, dos direitos dos Militares e da condição militar.

